

Instituto de Previência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba

Av. 01 Page de kordes 266 Prinsidado/SP XF (3400 ES3 CNP JS1321 774/100) S5 Elsent i Fone/fax (9 : 3437 9377 - sasppin acinabas pigo lo paspeller acida 1.



06ª ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO IPASP - 2020

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões do IPASP, às 09:00 horas, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba, com a presença dos Conselheiros RENATO LEITAO RONSINI, MARIA LUCIA BOLLIS DA SILVA REGINA HELENA MACHADO SANTOS, MARCOS A. PAVANELLO RODRIGUES, ERMELINDA DE FATIMA VICENTIN ESTEVES, ADRIANA GALLINA PAES MASCARIM e ANDRE CHIARINI MONTEIRO. A reunião teve início com a palavra do Presidente do Conselho dando abertura e passando a palavra ao Presidente do IPASP Sr. Antonio Carlos Gonçalves Alves, que trouxe vários informes, iniciando pelos cuidados com a pandemia, na sequencia explanou sobre a remodelação do site do IPASP pela departamento de comunicação, sem custo ao Instituto e que está em fase final a cotação para contratação do atuário, que irá utilizar do estudo feito pela Conselheira Adriana em conjunto com Sr. Paulo Roberto Costa, ex-Conselheiro e também ratificado pelo Sr. André, diretor financeiro do IPASP, para embasar o trabalho do cálculo que será feito em relação à majoração da alíquota em 14% e também para aplicação da alíquota progressiva, em cumprimento à legislação federal. O presidente do Instituto recordou a importância em nos certificarmos no curso CPA10, que serão definidas as datas para que possamos retomar esta capacitação e fez um balanço da condução dos trabalhos desde a assunção até o momento e que a avaliação é positiva, mesmo com o enfrentamento da pandemia, ainda que neste momento delicado economicamente, este Instituto tem a obrigatoriedade de atender a legislação federal vigente e estudar a forma menos impactante de aplicação da alíquota previdenciária, que vai diretamente afetar o servidor. O presidente do Conselho fez a leitura do parecer do balancete fiscal do mês de maio de 2020, que demonstrou as despesas administrativas estáveis e continua com a ressalva de repasse a menor. O balancete foi aprovado por unanimidade pelo Conselho. Em seguida a Conselheira Adriana fez a explanação sobre o estudo referente à majoração de alíquota previdenciária. Foi apresentado que atualmente existem 2.849 servidores ativos e 2.472 servidores inativos. O Conselho Deliberativo deixa claro que desde o início das discussões sobre a necessidade de cumprimento da lei federal sobre alteração da alíquota previdenciária, este Conselho tem trabalhado arduamente junto aos entes envolvidos para que seja feito o estudo atuarial específico que possa embasar a melhor decisão para o servidor público ativo e inativo, e que como pontuou o Conselheiro André, foi utilizado um estudo obsoleto para análise e aprovação do legislativo. A Conselheira Adriana relatou ter apoio do Sindicato dos Municipais para auxiliar na condução deste assunto junto à Procuradoria e junto à Câmara. O Presidente falou sobre a Conselheira Adriana representar o Conselho Deliberativo e acompanhar o estudo feito pelo atuário que será contratado, para certificar que serão considerados os estudos já elaborados e o parâmetros inegociáveis. O vice-presidente do Sindicato Sr. José Alexandre Pereira discorreu sobre o valor a mais que será descontado dos inativos, será abatido no momento da declaração de imposto de renda. O Conselho entende a importância do diálogo junto à Câmara e a Procuradoria como cita a Conselheira Ermelinda, na sequência a Conselheira Regina propõe ao Presidente uma conversa com o Legislativo para compartilhar os estudos que este Conselho tem elaborado,

The state of the s

porém, entendemos em conjunto que após o estudo atuarial concluído, este diálogo com a Câmara será mais produtivo e legítimo. Este Conselho também entende que foi votado o projeto de lei na Câmara por necessidade de manter o Certificado de Regularidade Previdenciária, para não cessar o recebimento de repasses financeiros federais. O Conselho Deliberativo solicita parecer jurídico a respeito da proposta do sindicato em reduzir parte do valor da cessão onerosa explanado em reunião anterior pelo convidado Se. Paulo em resposta à solicitação do Sindicato. O Conselheiro Pavanello pontua a necessidade de continuidade nos trabalhos do Conselho e para isso sugere uma reformulação para o processo eleitoral, mantendo parte dos Conselheiros ativos e renovando com a eleição outra parte, assim como uma representante da Câmara para que o Conselho tenha mais acesso aos assuntos em processo de votação. A Conselheira Regina lembra que temos a Patricia no Conselho Fiscal e da importância da integração entre o Conselho Fiscal, Deliberativo e da presidência do Instituto. Em relação ao imóvel da rua Prudente está em avaliação do mesmo para futura locação. O Conselheiro André parabeniza o Presidente do Instituto em divulgar as especialidades e horários de atendimento dos médicos que compõe o corpo clínico. O Presidente deu a reunião por encerrada às 11:30 horas e a ata elaborada por mim, MARIA LUCIA B. S. BOVICE, secretária do Conselho Deliberativo, lida e achada conforme, assinam todos os presentes.

		DOLLOBIA
RENATO	LEITAO	RONSINI

MARIA LUCIA BOLLIS DA SILVA BOVICE

REGINA HELENA MACHADO SANTOS

MARCOS A. PAVANELLO RODRIGUES

ERMELINDA DE FATIMA VICENTIN ESTEVES

ADRIANA GALLINA PAES MASCARIM

ANDRE CHIARINI MONTEIRO